

34 atores do saneamento para participarem das discussões. Então, na presente reunião
35 temos a presença da Iguá, AEGEA e SAAE, bem como a presença de entes privados
36 da área da construção civil. Diz ser um marco no estado de Mato Grosso e está muito
37 feliz por Mato Grosso estar na vanguarda da discussão sobre reuso. Destaca que
38 estamos em um período bastante crítico de seca, então temos pouca disponibilidade
39 hídrica nos corpos hídricos de maneira geral, e tudo isso corrobora para que essa
40 minuta seja aprovada. Deixa claro que não se trata de uma inovação, se tem bastante
41 pesquisas a nível nacional nessa área. Destaca que, de maneira geral, as ETES já
42 conseguem alcançar o nível de tratamento desejado, para que seja feito o reuso.
43 Quanto à questão da nomenclatura, salienta que é um ponto a se avaliar, porque existe
44 um preconceito notório quando se fala em reuso de esgoto sanitário. Diz que como foi
45 comentado na reunião passada, acredita que em algum momento, a CT deve conversar
46 um pouco mais a respeito. Diz acreditar que nessa questão da nomenclatura, se deva
47 seguir na mesma direção das discussões a nível nacional. Aponta que o reuso ainda é
48 tratado como um tabu, apesar de já termos uma garantia científica da qualidade dos
49 produtos gerados. Defende que o reuso é interessantíssimo, principalmente no contexto
50 de viabilizar a diluição de efluentes em córregos urbanos. Especialmente naqueles que
51 têm baixa disponibilidade hídrica ou então baixa vazão de referência, assim como
52 córregos intermitentes. Na sequência, passou-se a palavra à Sra. Máira Lima. Que
53 agradece o convite para participar novamente das discussões. Diz que fará uma
54 apresentação dos conhecimentos que o Instituto Reuso de Água vem compilando ao
55 longo dos anos. Apresenta algumas informações, alguns resultados sobre o reuso de
56 água no Brasil e no mundo. Finda a apresentação, o Sr. Alexandre Perufo faz uma
57 breve fala acerca das iniciativas da AEGEA. Após, o Sr. Thiago Morandi faz uma
58 apresentação acerca da prática adotada em Minas Gerais. O Sr. Walter Junior pergunta
59 aos apresentadores como está o mercado de trabalho diante dessa questão do reuso.
60 A Sra. Máira Lima diz que se trata de uma formação nova a prática de reuso de água.
61 Ela tem um estímulo para o mercado de trabalho, certamente, pois abre novas formas,
62 novas frentes de trabalho, tanto para o produtor como para o consumidor final. O
63 distribuidor também é um mercado novo de trabalho. O Sr. Alexandre Perufo diz que a
64 atividade de reuso é uma planta industrial. Então, ela demanda profissionais de todas
65 as áreas. Apesar de, eventualmente, uma parte de irrigação tem algumas
66 especificidades e sazonalidade de uso intenso da água nos projetos industriais, não é

77 vinte e quatro por cento. Então, você imagina uma planta industrial consolidada. Ela é
78 uma fonte de captação de talentos em todas as áreas, áreas de manutenção, áreas de
79 processos, especialistas na área de tratamento, sistemas de adoção longos, por
80 exemplo, profissionais da área de tubulação. Enfim, é um celeiro de oportunidades em
81 todas as áreas, não apenas dos engenheiros sanitaristas. A Sra. Livia Lobato destaca
82 que a questão de como implementar, quais são os desafios para a implementação de
83 reuso passa por uma questão mesmo do diagnóstico, das estações existentes, tentar
84 entender a performance dessas estações, o que ela produz. Não temos só
85 quantitativos, mas equitativos também. Verificar quais são as alterações, para de fato
86 conseguir a qualidade desejada, de acordo com a demanda de cada local. Salienta que
87 não se tem uma receita de bolo, que existem vários caminhos. O Sr. André Borges
88 destaca como é tratada a questão do reuso na Águas Cuiabá, dando destaque para as
89 práticas internas, considerando que o estado ainda não tem uma regulamentação
90 consolidada. O Sr. João Clímaco pede a palavra. Diz que estamos numa situação
91 embrionária em termos de solução definitiva ou de uma política pública de reuso
92 realmente assumida pelo estado e por todos. Salienta que, em tese, nós estamos todos
93 a favor do reuso. Diz que gostaria de levantar uma questão, e poderia ser uma solução,
94 tendo em vista que estamos num sistema econômico capitalista e a água de reuso vai
95 ser parte de um mercado da água. Assim, gostaria de entender esse mercado, mas ao
96 mesmo tempo vê que esse mercado pode tirar o caráter público da água. Sendo assim,
97 o FONASC tem um olhar que pode ser uma solução que pode ser o reuso. Sendo a
98 água pública, a sociedade tem que se beneficiar com isso, não só sob o ponto de vista
99 estético, ambiental, mas se criando um mecanismo de retorno para a sociedade. Seja
através de impostos ou através de serviços. O Sr. Walter Junior diz que houve alguma
confusão por parte do João, porque essa característica de recurso público da água é a
água dentro do curso d'água. E a prática de reuso foge um pouco desse conceito de
uso público, pois a água de reuso vem como um subproduto de um sistema, de uma
produção. Porque ela é advinda de um efluente sanitário, ou seja, já teve um uso do
curso da água, que esse sim entra no conceito de recurso público. O Sr. João Clímaco
defende que a preocupação exposta deveria estar dentro dos processos de
regulamentação, para poder a sociedade se beneficiar desse mercado. Uma vez que,
todo mundo paga imposto. Então, todo mundo de certa forma financia esse processo.
Propõe que a CT trabalhe nesse conceito, de forma a incentivar o reuso e suas várias

100 formas de tecnologias, mas também que se tenha clareza dos cenários futuros, para
101 que não se torne um problema para a gestão. A presidente da CT destaca que a CTAS
102 vem trabalhando e discutindo acerca dos vários atores que estarão envolvidos nesse
103 processo, conforme apresentado na minuta de resolução. O Sr. Jhonatan Barbosa
104 comenta sobre um estudo que conduziu junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato
105 Grosso e o Fórum de Mato Grosso. Por fim, defende que deve haver união entre as
106 agências reguladoras, os municípios, as concessionárias, o CEHIDRO e outras
107 entidades, no intuito de regulamentar a prática de reuso. A Sra. Ellen Pantoja diz ser
108 totalmente pertinente a preocupação do Sr. João Clímaco, porque os usuários da água
109 pagam pelo tratamento da água e onde tem esgoto, também pagam pelo tratamento do
110 esgoto. No caso, se esse esgoto for se transformar num produto de reuso, ele vai ser
111 um produto da concessionária. Aponta também que se deve refletir quanto a seguinte
112 situação: o produtor tendo a possibilidade de captar água no corpo hídrico ou de
113 comprar uma água de reuso da concessionária, qual ele escolheria, sendo a água bruta
114 sem custo, porque atualmente, nós não temos a cobrança estabelecida no estado.
115 Então, realmente vai ter que ter uma acomodação de mercado. Diz que outro ponto, é
116 que não vê que o estabelecimento desse mercado vá mexer na dominialidade do corpo
117 hídrico, porque a água bruta é de domínio público e é o órgão gestor que vai continuar
118 regrando o acesso a essa água. Pergunta a equipe da CR.ETES, que já passaram por
119 esse momento, como isso se deu, que benefícios já se apresentam para o usuário da
120 água, seja ela tratada ou como esgoto. Destaca que entende que agora é a hora apenas
121 de uma regulamentação e que, no momento certo, vão vir as legislações para estar
122 orientando melhor esse mercado. Mas gostaria de ouvir a experiência de quem já
123 passou por isso. O Sr. Thiago Morandi diz que um ponto antes desse, que acredita ser
124 importante e gostaria de destacar, é que essa regulamentação que está sendo proposta
125 aqui quanto a de Minas Gerais, aprovada em dois mil e vinte, elas estão tratando de
126 garantir a segurança da prática, ou seja, estabelecem os parâmetros e padrões que
127 vamos monitorar para garantir a segurança, saúde pública e do meio ambiente. Salienta
128 que a resolução está focada na segurança do processo, mas a definição dessas rotas
129 mercadológicas, a forma como isso vai se dar, não é pauta da resolução da forma que
130 ela está e não foi pauta da resolução de Minas Gerais. Aponta que, entrando
131 especificamente para Minas, ainda é um mercado em desenvolvimento. Ele não está
132 estabelecido, de modo que a água de reuso não necessariamente tem um valor

133 comercial, porque, por exemplo, existem situações em que ela vai ser a única solução
134 que uma ET vai ter de fazer a disposição desse efluente. Ou ela vai fazer no solo, ou
135 ela não vai ter onde fazer, porque ela tem alguma limitação de lançamento, tem alguma
136 circunstância local que vai impedir isso. Assim, não necessariamente causa a
137 necessidade de se cobrar por essa água. Ela pode ser aproveitada em outros lugares,
138 como exatamente uma forma de fazer uma disposição ambientalmente correta do
139 efluente tratado. Diz que em sua opinião, essas rotas mercadológicas vão variar muito
140 caso a caso, que é exatamente entendermos o contexto de cada situação, porque não
141 tem uma regra que possamos aplicar, às vezes para um estado inteiro ou para uma
142 bacia inteira, como via de regra, para poder fazer uma cobrança ou existir essa
143 cobrança ou não. Então, precisamos entender esse contexto. Destaca que primeiro
144 precisamos garantir que a prática não vai prejudicar o meio ambiente e não vai
145 prejudicar a saúde da população que está envolvida. A questão das rotas
146 mercadológicas, ainda é uma coisa que está em maturação, não só em Minas Gerais,
147 mas acredita que no país como um todo. Aponta que são etapas que realmente
148 precisam de discussão, precisam ser verificadas e são etapas que estão próximas a
149 essa regulamentação, que está sendo avaliada aqui. A Sra. Livia Lobato diz que é
150 importante entendermos também que mesmo no estado de Minas Gerais, essa
151 legislação é nova. Então, realmente, em quatro anos ainda não temos as bases desse
152 mercado, como vai ser estabelecido. Diz que estão na etapa de diagnóstico para
153 entender toda essa dinâmica. Finda as deliberações, restaram os seguintes
154 encaminhamentos: I. Os membros da CTAS devem analisar a minuta de resolução e
155 encaminhar suas contribuições por e-mail para que a relatora possa fazer a compilação;
156 II. As apresentações devem ser salvas na pasta do google drive; III. A próxima reunião
157 da CTAS foi agendada para o dia 02/08/2024 às 09h. Nada mais havendo a declarar a
158 Presidente encerrou a reunião às 11h10min. e eu, Danielly Guia da Silva, lavrei esta
159 ATA que será assinada pela presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas.

160

161

162

163 **Juliana Freitas de Araújo**

164 Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas